

## Ata n.º 1

Ao vigésimo segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas, reuniu, no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa, sito na Avenida São Mamede do Baroso, 112 – Eiras, 3660-255, Santa Cruz da Trapa, o Júri do procedimento concursal de recrutamento de trabalhador com ou sem vínculo de emprego público para preenchimento de um (1) posto de trabalho, do mapa de pessoal não docente, destinado ao exercício de funções na área da Educação Social, no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto na sequência do despacho do Presidente da Comissão Administrativa Provisória (CAP) do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa, de 18/05/2026, no uso das competências que lhe foram subdelegadas pelo Despacho n.º 4240-C/2026, de 31/03/2026, da Senhora Secretária de Estado da Administração Escolar, publicado na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 63, de 31/03/2026 com a presença dos seguintes membros do Júri:

Presidente - Regina Teixeira Dias, Educadora Social na Câmara Municipal de São Pedro do Sul;

1.ª Vogal efetiva - Emília Susana de Araújo Gonçalves Figueiredo, docente do GR 290/Licenciada em Serviço Social, que substituirá a Presidente nas suas ausências e impedimentos;

2.ª Vogal efetiva - Ana Maria Pinto Alves Cabral, Vice-Presidente da CAP.

A presente sessão teve como ordem de trabalhos:

- Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção, tal como previsto no n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro;
- Decidir sobre a Prova de Conhecimentos e a sua aplicação.

De acordo com a ordem de trabalhos enunciada, o Júri deliberou o seguinte:

### 1. Métodos de seleção:

1.1. Considerando que o procedimento concursal se destina a candidatos com ou sem vínculo de emprego público previamente constituído, de acordo com o disposto no artigo 36.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei

n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e nos artigos 17.º e 18.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, serão aplicados os seguintes métodos de seleção obrigatórios:

- 1.2. À generalidade dos candidatos: os métodos de seleção obrigatórios, **Prova de Conhecimentos (PC)** e **Avaliação Psicológica (AP)**.
  - 1.3. Aos candidatos que se encontrem a exercer funções idênticas às dos postos de trabalho publicitados, bem como aos candidatos que, encontrando-se em situação de valorização profissional, tenham imediatamente antes exercido tais funções, os métodos de seleção obrigatórios a aplicar são: **Avaliação Curricular (AC)** e **Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)**, conforme exigido para o exercício da função, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP.
  - 1.4. Os candidatos que preencham as condições previstas no número anterior podem, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, afastar, mediante declaração expressa no formulário de candidatura, a aplicação da **AC** e da **EAC**, optando pela realização da **PC** e da **AP**.
  - 1.5. Para além dos métodos de seleção obrigatórios, no caso dos candidatos em que os métodos a aplicar são a **PC** e a **AP**, é adotada, como método de seleção facultativo, a **EAC**, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 36.º da LTFP e no n.º 2 do artigo 18.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.
2. **A Prova de conhecimentos (PC)** visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicá-los a situações concretas no exercício de determinadas funções, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa.
- 2.1. A **PC** será escrita, de natureza teórica e individual, realizada em suporte e calendarização a definir, numa única fase, e será constituída por questões de escolha múltipla, admitindo-se para cada questão, apenas, uma resposta certa. Terá duração a definir e será classificada de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, considerando-se a valoração até às centésimas, tendo por base a legislação/bibliografia, de enquadramento genérico e específico, diretamente relacionados com as exigências da função, a divulgar posteriormente.
  - 2.2. Para candidatos com deficiência comprovada que solicitem condições especiais para a realização da **PC**, pode ser concedido um alargamento, a indicar posteriormente.

2.3. Durante a realização da prova é permitida a consulta da legislação/bibliografia, não sendo admissível a consulta de qualquer outra documentação em formato digital, nem a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado.

2.4. Os candidatos que se apresentem à PC devem ser portadores de cartão de cidadão, passaporte ou outro documento válido, emitido por serviço do Estado, que contenha fotografia, de modo a permitir a sua identificação.

2.5. A PC incide sobre conteúdos de enquadramento genérico e específico, diretamente relacionados com as exigências da função, tendo por base os temas a divulgar, posteriormente, por este Júri:

2.5.1. A PC será constituída por 40 (quarenta) perguntas de escolha múltipla, com a seguinte valoração:

- Cada resposta certa é valorada com 0,5 (zero vírgula cinco) valores;
- Cada resposta errada desconta 0,2 (zero vírgula dois) valores;
- Cada pergunta não respondida não é valorada.

2.5.2. A valoração final da PC resulta do somatório das pontuações obtidas em cada uma das perguntas.

2.6. Após tomada de conhecimento da proposta de PC elaborada pelo Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA), este Júri irá deliberar sobre a aceitação e assunção da mesma ou pela realização de prova própria, dando a conhecer a sua decisão.

2.7. Eventuais alterações decorrentes de orientação supervenientes serão automaticamente aplicadas ao presente procedimento, não constituindo fundamento de invalidade do mesmo, sendo publicadas na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa.

3. A Avaliação Psicológica (AP) visa avaliar as aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, estabelecendo um prognóstico de adaptação às exigências dos postos de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases e é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto.

- 3.1. Atenta a especificidade deste método de seleção e a competência técnica necessária para a sua aplicação, será efetuada por uma entidade especializada, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, sendo garantida e observada a privacidade dos elementos e resultados perante terceiros que não o próprio candidato, sob pena de quebra de sigilo.
- 3.2. Atendendo ao disposto na subalínea ii) da alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o resultado da AP tem uma validade de 24 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, podendo, durante esse período, o resultado ser aproveitado para outros procedimentos de recrutamento para postos de trabalho idênticos realizados pela mesma entidade avaliadora ou pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.
4. A Avaliação Curricular (AC) visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, designadamente a **habilitação académica (HA)**, a **experiência profissional (EP)**, a **formação profissional (FP)**, considerando as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício das funções correspondentes aos postos de trabalho a ocupar, e a **avaliação de desempenho (AD)** relativa aos últimos 2 (dois) ciclos avaliativos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às dos postos de trabalho a preencher.

- 4.1. A AC dos candidatos será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valorização até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações alcançadas nos fatores considerados, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(1HA) + (2EP) + (1FP) + (1AD)}{5}$$

5

- 4.2. Tendo por referência as exigências para o exercício do posto de trabalho a ocupar, o Júri deliberou aplicar uma fórmula ponderada, atribuindo coeficiente 1 (um) às HA, FP e AD, por se tratar de fatores com incidência relativa no desempenho do posto de trabalho a ocupar, e o coeficiente 2 (dois) à EP, por esta constituir um indicador privilegiado para a avaliação das aptidões profissionais dos candidatos aos mencionados postos de trabalho.

4.3. Para efeitos de avaliação, foi elaborada a Ficha de Avaliação Curricular, que se encontra em anexo à presente Ata e da qual é parte integrante (Anexo I).

4.4. O Júri deliberou aprovar a seguinte grelha de avaliação respeitante a este método, o qual é composto pelos seguintes critérios:

- a) **HA** - será pontuada com o máximo de 20 (vinte) valores, sendo que o Júri definiu os seguintes níveis e correspondentes valores:

Habilitação Académica	Valoração
Licenciatura em Educação Social	16
Mestrado em Educação Social – CNAEF* 0762 ou 0923, ou em áreas conexas relevantes para o posto de trabalho	18
Doutoramento em Educação Social – CNAEF* 0762 ou 0923, ou em áreas conexas relevantes para o posto de trabalho	20

\* Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação

- b) **EP** - com incidência sobre a execução das atividades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o grau de complexidade das mesmas. Foi deliberado atribuir ao desempenho das funções as seguintes valorizações *infra* parametrizadas, em conformidade com as experiências profissionais descritas no *curriculum vitae*, até ao máximo de 20 (vinte) valores:

Experiência Profissional	Valoração
Sem experiência profissional	8
Até 1 ano	10
Mais de 1 ano e inferior ou igual a 5 anos	15
Mais de 5 anos e inferior ou igual a 10 anos	18
Mais de 10 anos	20

**Nota:**

Para efeitos de contagem de tempo, deve estar identificada a carga horária semanal. Quando o candidato não especificar a data do início do(s) período(s) de exercício das funções consideradas relevantes, mas apenas o mês, considerar-se-á o período iniciado a partir do mês seguinte.

- c) **FP** - serão consideradas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício das funções inerentes aos postos de trabalho postos a concurso, não podendo exceder a valoração máxima de 20 (vinte) valores, desde que demonstradas

por diploma, certificado ou outro documento equivalente, constantes da candidatura apresentada, com as seguintes valorações:

Formação Profissional	N.º de horas de FP	Valoração
	Até 7 horas	4
	Superior a 7 horas e até 30 horas	8
	Superior a 30 horas e até 60 horas	12
	Superior a 60 horas e até 90 horas	16
	Superior a 90 horas	20

A certificação tem de corresponder a um título certificado por entidade nacional ou internacionalmente idónea, e formalmente reconhecida em Portugal.

O Júri deliberou valorar na FP conferências, seminários, colóquios, congressos, *workshops*, ações de formação ou de sensibilização, cursos de especialização e pós-graduações, mas apenas as reportadas aos últimos cinco anos, desde que devidamente certificadas e comprovadas.

Quanto à duração das ações, considera-se que cada semana corresponde a 35 (trinta e cinco) horas, correspondendo cada dia a 7 (sete) horas. Caso não se verifique a indicação da carga horária, é considerado que cada dia corresponde a 7 (sete) horas e cada meio-dia a 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos.

- d) **AD** - será considerada a dos últimos 2 (dois) ciclos avaliativos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a preencher.

O Júri deliberou classificar a **AD** de acordo com os critérios *infra* indicados:

Avaliação do Desempenho	Valoração
Média dos últimos 2 ciclos avaliativos <2,0	6
Média dos últimos 2 ciclos avaliativos >=2,0 e <3,5	12
Média dos últimos 2 ciclos avaliativos >=3,5 e <4,0	16
Média dos últimos 2 ciclos avaliativos >=4,0	20

Deliberou, ainda, o júri atribuir a classificação de 10 (dez) valores aos candidatos que, por razões que não lhes sejam imputáveis, não possam avaliação do desempenho relativa ao período a considerar.

**5. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, por forma a permitir uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais vivenciadas pelo candidato.

5.1. Cada entrevista será organizada para ter uma duração aproximada de 30 (trinta) minutos.

5.2. Na EAC são avaliadas as seguintes competências:

- **C1 – Orientação para a colaboração:** Estabelecer relações efetivas com os seus interlocutores, contribuir para uma rede relacional colaborativa e promover um clima de bem-estar para alcançar objetivos comuns.

Traduz-se nos seguintes comportamentos:

- Partilha informações, conhecimentos, práticas e recursos e promove a troca de ideias nas suas relações de trabalho;
- Estabelece uma rede facilitadora de comunicação e contribui para que as equipas se sintam valorizadas;
- Assume os objetivos comuns, partilhando tarefas, atividades e responsabilidades.

- **C2 - Orientação para a mudança e inovação:** Encarar a mudança como uma oportunidade de melhoria e evolução e evidenciar abertura a novas ideias e soluções que permitem uma resposta consequente aos desafios atuais e futuros da Administração Pública.

Traduz-se nos seguintes comportamentos:

- Identifica necessidades de mudança atuais ou futuras;
- Desafia pressupostos, explora e apresenta novas abordagens, no âmbito da sua atividade;
- Incentiva e apoia a exploração de novas soluções, com vista à melhoria dos serviços, dos processos e da organização do trabalho.

- **C3 – Orientação para os resultados:** Focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública.

Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- Ultrapassa obstáculos e dificuldades na persecução dos objetivos, de forma a alcançar os resultados previstos;
  - Avalia as necessidades de recursos e gere o que pode ser partilhado, reduzido ou eliminado;
  - Apresenta contributos para a prevenção e correção de falhas e para a melhoria de processos e procedimentos.
- **C4 – Gestão do conhecimento:** Adquirir, atualizar e aplicar o conhecimento, partilhar o conhecimento e garantir a captura, armazenamento e acesso às informações e ao conhecimento na organização.

Traduz-se nos seguintes comportamentos:

- Identifica e utiliza oportunidades de desenvolvimento, mantendo-se atualizado/a no âmbito de saberes relevantes;
  - Orienta os outros na aquisição e aplicação do conhecimento especializado que possui;
  - Cria e implementa procedimentos para capturar, organizar, armazenar, controlar e facilitar o acesso à informação e ao conhecimento relevantes.
- **C5 - Iniciativa:** Agir proativamente no sentido de alcançar os objetivos, intervir com autonomia em contextos críticos, realizar atividades mesmo que fora do âmbito da sua intervenção, com o propósito de facilitar a resolução de problemas, procurar soluções, mesmo que não tenha sido solicitado/a a fazê-lo, atuar com prontidão perante as solicitações da organização.

Traduz-se nos seguintes comportamentos:

- Assume a responsabilidade por tomar iniciativas e resolver os problemas rapidamente, prevenindo problemas futuros;
- Desenvolve tarefas ou projetos, tomando decisões de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas;
- Apresenta processos e procedimentos para identificar soluções para problemas, de forma proativa.

5.3. Nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 236/2024/1, de 27 de setembro, cada comportamento associado às competências é avaliado segundo a seguinte escala: 5 (cinco) pontos – quando o comportamento observável supera o padrão médio exigível; 3 (três) pontos – quando o comportamento observável corresponde ao padrão médio exigível; 1 (um) ponto – quando o comportamento observável é insuficiente face ao padrão médio exigível. A pontuação dos três comportamentos determina a valoração da competência, conforme a grelha de correspondência constante do Anexo II da referida Portaria:

- Nenhum dos comportamentos é pontuado com 1 ponto: a competência é classificada pelo nível de pontuação mais frequente - 3 ou 5 (três ou cinco);
- Apenas um dos comportamentos é pontuado com 1 (um) ponto: a competência é classificada com a pontuação de 3 (três);
- Dois ou mais comportamentos são pontuados com 1 (um) ponto: a competência é classificada com a pontuação de 1 (um).

A conversão da escala de 1 a 5 (um a cinco) para a escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores é efetuada mediante multiplicação por 4 (quatro), resultando: 1 (um) ponto = 4 (quatro) valores; 3 (três) pontos = 12 (doze) valores; 5 (cinco) pontos = 20 (vinte) valores.

5.4. A classificação da **EAC** é obtida através da média aritmética simples das pontuações obtidas nas competências avaliadas, convertida para a escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, e expressa até às centésimas:  $EAC = [(C1 + C2 + C3 + C4 + C5) / 5] \times 4$ , em que C1 a C5 representam a valoração de cada competência - 1, 3 ou 5 (um, três ou cinco), conforme a grelha do Anexo II da Portaria n.º 236/2024/1.

5.5. Tendo como base as competências anteriormente definidas, o júri procedeu à elaboração da Ficha de Classificação Individual que será utilizada na **EAC** e cujo modelo consta do Anexo II à presente ata.

## 6. Classificação final e critérios de desempate

6.1. A **Classificação Final (CF)** será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, e resulta da aplicação das seguintes fórmulas finais:

- a) Para os candidatos aos quais se apliquem os métodos de seleção previstos nos pontos 1.2 e 1.5:

$$CF = (PC \times 70\%) + (EAC \times 30\%)$$

O método **Avaliação Psicológica** não é considerado para o cálculo da classificação final, atendendo a que, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, este método é apenas avaliado através das menções classificativas de Apto e Não Apto.

- b) Para os candidatos aos quais se apliquem os métodos de seleção previstos no ponto 1.3:

$$CF = (AC \times 70\%) + (EAC \times 30\%)$$

Em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AP = Avaliação Psicológica

AC = Avaliação Curricular

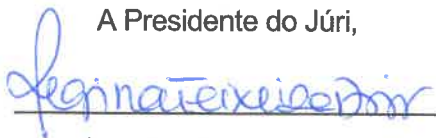
EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

7. Cada método de seleção é eliminatório, sendo excluídos os candidatos que não comparecerem a qualquer um desses métodos ou que obtenham uma classificação inferior a 9,5 (nove vírgula cinco) valores ou a menção de Não Apto num deles, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.
8. Os candidatos admitidos serão convocados através de *e-mail* para a realização dos métodos de seleção, com indicação do dia, hora e local, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.
9. Conforme previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
10. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa e disponibilizada na sua página eletrónica: <https://portal.aesct.pt/>

11. Considerando a aplicação faseada dos métodos de seleção, os candidatos aprovados em cada método são convocados, via endereço eletrónico, para a realização do método seguinte, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º da mesma.
12. O Júri deliberou que, em caso de igualdade de classificação final, têm preferência os candidatos que se encontrem em situações configuradas pela lei como preferenciais. Mantendo-se a igualdade de valoração, são observados os seguintes critérios de desempate:
- Maior tempo de experiência profissional nas funções e atividades inerentes às dos postos de trabalho a ocupar;
  - Média final mais elevada do grau académico de Doutoramento ou Mestrado em Educação Social, com o código [0762] da CNAEF, Trabalho social e orientação, com o código [0923] da CNAEF, Trabalho social e aconselhamento, ou em áreas conexas relevantes para o posto de trabalho;
  - Média final mais elevada do grau académico de Licenciatura em Educação Social, com o código [0762] da CNAEF, Trabalho social e orientação, com o código [0923] da CNAEF, Trabalho social e aconselhamento;
  - Maior número de horas de formação profissional valoradas e relacionadas com as exigências necessárias ao exercício das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar.

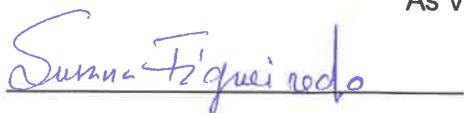
Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do Júri presentes.

A Presidente do Júri,



(Regina Teixeira Dias)

As Vogais Efetivas,



(Emília Susana de Araújo Gonçalves Figueiredo)



(Ana Maria Pinto Alves Cabral)